



**A VIDA MAIS CARA EM MOÇAMBIQUE:
ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO CUSTO DE VIDA
ENTRE 2002-2022**

Rabia Aiuba¹

1. INTRODUÇÃO

Alimentação, aluguer/arrendamento de casas, energia, água, transportes e outros bens e serviços estão cada vez mais caros, os salários reais não acompanham a inflação, a desigualdade interna nos países aumenta; são condições que muitos agregados familiares (AFs) no mundo têm estado a enfrentar. Estas tendências, para além de aumentarem o custo de vida, pioram o padrão de vida de muitos AFs, podendo levar mais pessoas para a pobreza, e criam expectativas de agravamento nos próximos tempos, tanto nos países em desenvolvimento como nos desenvolvidos. Moçambique não escapa destas tendências. Embora tenha apresentado, nos primeiros anos do século XXI, um comportamento favorável em alguns indicadores, como aumento da produção, dos salários mínimos nominais, redução da inflação, da pobreza, entre outros, nos últimos anos, a tendência é de reversão ou estagnação, com efeitos negativos sobre o custo de vida de muitos cidadãos (Barletta *et al.*, 2022; Dyvik, 2024; Instituto Nacional de Estatística, INE, 2023c, 2024; IPSOS, 2022; Lucas *et al.*, 2021; Meusalario.org, 2024; World Economic Forum, WEF, 2022).

É neste contexto que este Destaque Rural pretende fazer uma análise do custo de vida em Moçambique entre 2002/03 e 2022, procurando verificar a evolução de variáveis representativas do rendimento, dos gastos dos AFs e variáveis macroeconómicas relacionadas, a nível do país e das províncias, e verificar a evolução da taxa de cobertura dos gastos dos AFs pelo salário mínimo.

Para além deste capítulo, este texto é composto por mais quatro secções. A secção a seguir, traz uma breve contextualização. O capítulo três apresenta a análise das variáveis representativas do rendimento, dos gastos dos AFs, variáveis macroeconómicas e taxa de cobertura dos gastos dos AFs pelo salário mínimo a nível do país. A quarta secção, procura fazer a análise de algumas das variáveis apresentadas no capítulo anterior para o nível provincial. E, na última secção, faz-se o resumo do texto.

¹ Rabia Aiuba é Mestre em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Universidade de Lisboa, e Pesquisadora do Observatório do Meio Rural (OMR).

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

A partir dos anos 2000, vários indicadores económicos e sociais a nível mundial apresentaram melhorias. O PIB mundial, a preços constantes de 2015, aumentou em cerca de 86,8% entre 2000 e 2022 (Banco Mundial, BM, 2024a). O relatório mundial da desigualdade 2022, dos autores Lucas *et al.* (2021), demonstrou que a desigualdade de rendimento no mundo decresceu, passando o índice de GINI de 0,72, em 2000, para 0,67, em 2020. Neste mesmo relatório, verificou-se que a proporção de rendimento detida pelas 10% de pessoas mais ricas reduziu, ao mesmo tempo que, aumentou a proporção de riqueza retida por 40% das pessoas com rendimento médio e mais devagar, pelas 50% das pessoas com rendimento mais baixo (Lucas *et al.*, 2021). A proporção da população que vive abaixo da linha da pobreza reduziu no período entre 2000 e 2022: de 29,2% para 9,0% (linha da pobreza de 2,15USD por dia), de 51,2% para 22,7% (linha da pobreza de 3,65USD por dia), e de 69,0% para 45,5%, (linha da pobreza de 6,85USD por dia) (BM, 2024b).

Alguns indicadores não tiveram uma evolução tão animadora, como, por exemplo, o aumento das desigualdades de rendimento dentro dos países; o aumento do salário real mensal a taxas gradualmente decrescentes, entre 2006 e 2021, e decréscimo em 2022 (0,9%); e a inflação mundial, considerando os extremos 2000 e 2022, foi tendencialmente crescente (BM, 2024b; Dyvik, 2024; Lucas *et al.*, 2021).

O aumento de preços, em muitas realidades, não acompanha a evolução do rendimento das famílias, gerando uma crise do custo de vida e afectando mais negativamente os AFs pobres, sobretudo nos países em desenvolvimento. Em 2022, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) previa que entre 51,6 milhões de pessoas (linha da pobreza de 2.15 USD por dia) e 71,1 milhões de pessoas (linha da pobreza de 5.50 USD por dia) poderiam ser forçadas a viver abaixo da pobreza, com foco nos países da bacia do mar Cáspio, Balcãs e da África Subsaariana (Molina *et al.*, 2022).

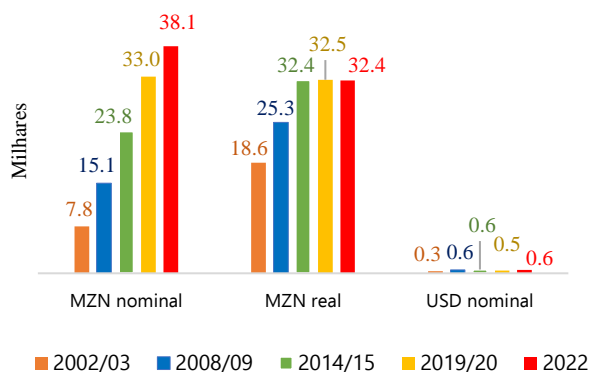
As populações nos países em desenvolvimento têm sido as mais afectadas, embora, as pessoas nos países desenvolvidos também têm sofrido com esta crise. Num inquérito realizado em 2022 em 11 países desenvolvidos², verificou-se que um quarto da população enfrentava dificuldades financeiras e, pelo menos, 70% dos entrevistados esperava que o seu padrão de vida se mantivesse ou reduzisse no ano seguinte, dada a expectativa de aumento do preço dos alimentos, da renda, da energia, da água, do combustível, do lazer e outros gastos (IPSOS, 2022).

² Este inquérito cobriu os seguintes países: Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos da América, França, Espanha, Inglaterra, Itália, Japão, Polónia e Turquia.

3. CUSTO DE VIDA EM MOÇAMBIQUE

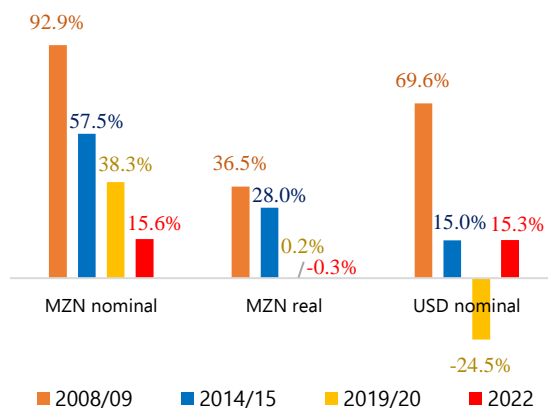
Rendimento

Gráfico 1. PIB nominal e real *per capita* em MZN e PIB nominal *per capita* em USD



Fonte: INE (2023b) e Fundo Monetário Internacional - FMI (2024).

Gráfico 2. Variação percentual do PIB nominal e real *per capita* MZN e PIB nominal *per capita* USD



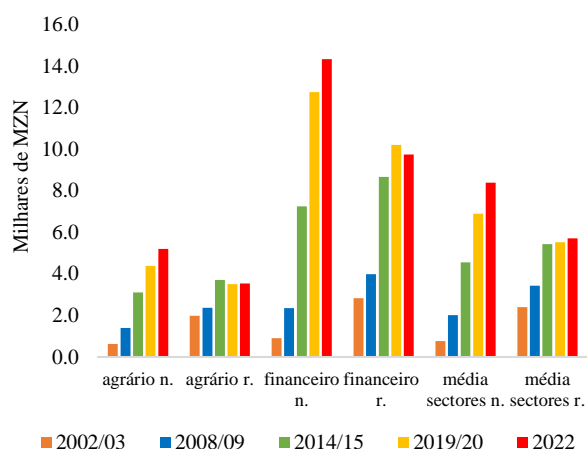
Fonte: INE (2023b) e a FMI (2024).

O PIB nominal e o PIB real *per capita* em MZN (gráfico 1) cresceram nos anos analisados embora se verifique no PIB real *per capita* uma tendência de estagnação nos últimos 7 anos. A evolução do PIB nominal *per capita* em USD também foi crescente no período analisado, com o pico da série nos anos 2014/15, onde a produção *per capita* dos moçambicanos foi de 641,7USD/pessoa.

Relativamente à taxa de crescimento do PIB *per capita* (gráfico 2) verifica-se uma tendência decrescente nos anos estudados, com momentos de redução do PIB nominal *per capita* em USD em 2019/20 (-24,5%) e do PIB real *per capita* em MZN em 2022 (-0,3%). Isto significa que, embora o PIB *per capita* em Moçambique cresça, a sua taxa de variação vai decrescendo ao longo dos anos.

Em 2019/20 e 2022, o PIB real *per capita* variou a taxas abaixo de 1%, valores estes abaixo da taxa de crescimento da população (17,0% e 6,5% respectivamente) e da inflação geral (2,1% e 10% respectivamente), o que, juntamente com o decréscimo do consumo nos últimos anos, sugere a não existência de partilha dos benefícios do crescimento económico no país de forma equitativa, o que, por sua vez, afectou negativamente o bem-estar dos moçambicanos (Barletta *et al.*, 2022; INE, 2023b, 2024).

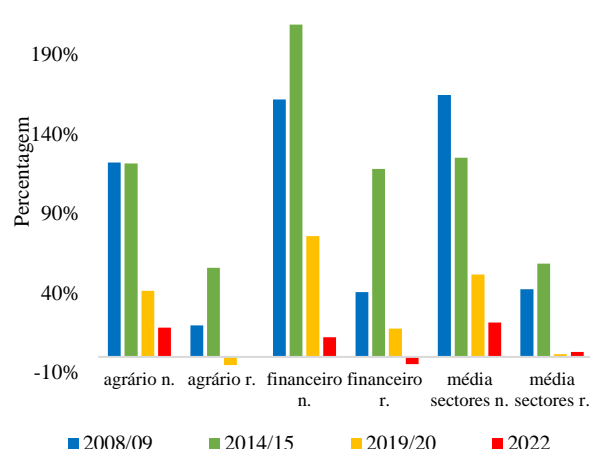
Gráfico 3. Salário mínimo nominal e real mensal



Nota: "n." significa preço nominal e "r." significa preço real. Até 2007, considerou-se o salário mínimo para o sector da indústria transformadora como sendo aplicável ao sector financeiro. O sector financeiro refere-se a bancos e companhias de seguros. Ano base para o cálculo do salário mínimo real: 2016=100.

Fonte: INE (2023b) e Meusalario.org (2024).

Gráfico 4. Variação percentual do salário mínimo nominal e real mensal



Nota: Idem nota no gráfico anterior.

Fonte: INE (2023b) e Meusalario.org (2024).

Em termos de volume (gráfico 3), o salário mínimo nominal cresceu ao longo dos anos, passando de 630,3MZN (sector agrário³), 897,4MZN (sector financeiro) e 763,9MZN (média de sectores) em 2002/03, para 5.200,0MZN (sector agrário), 14.340,9MZN (sector financeiro) e 8.398,5MZN (média de sectores) em 2022. Em termos reais, em 2022, o salário mínimo do sector agrícola foi 3.534,7MZN, do sector financeiro foi 9.748,2MZN e a média de sectores foi 5.708,9 MZN.

O salário mínimo nominal do sector financeiro (sector com o maior salário mínimo no país) aumentou mais rapidamente que o salário mínimo nominal do sector agrário (segundo sector com o menor salário mínimo no país⁴). Nota-se, portanto, um alargamento da diferença entre os salários mínimos nominais nestes 2 sectores no período analisado: em 2002/003, um trabalhador no sector financeiro que auferisse um salário mínimo, recebia o equivalente a 1,4 salários mínimos do salário mínimo no sector agrário e, em 2022, aquele recebia o equivalente a 2,8 salários mínimos do salário mínimo no sector agrário.

³ As actividades do sector agrário aqui consideradas são: agricultura, pecuária, caça e silvicultura.

⁴ A partir de 2014, o sector da pesca de *Kapenta* passou a ser o sector com o menor salário mínimo nominal no país.

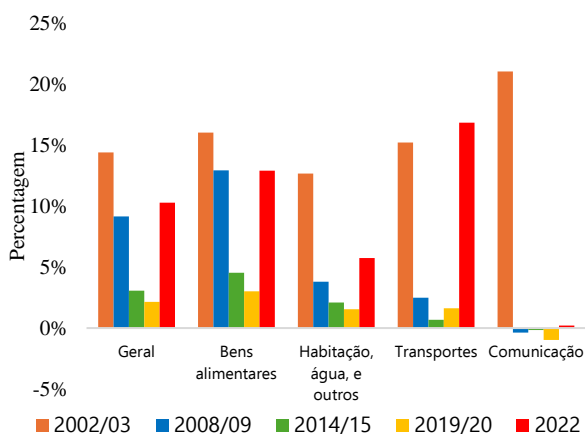
Note-se que a maior parte dos moçambicanos desempenha as suas actividades no sector agrário, havendo, portanto, mais chances de a maioria dos trabalhadores no país a receber o salário mínimo deste sector: estima-se que, pelo menos, 64,7% das pessoas empregues no país e cerca de 75,6% das pessoas empregues no sector informal desempenhem as suas actividades no sector agrário (INE, 2022).

A partir do gráfico 4, verifica-se que o salário mínimo nos sectores agrário, financeiro e a média dos sectores, tanto nominal, como real, apresentaram taxas de crescimento decrescentes, tendo os valores reais estado sempre abaixo do seu valor nominal.

A tendência da queda do salário mínimo continuou em 2023, como apontado por Dadá (2023). Este autor defende que este comportamento pode levar à uma diminuição da demanda agregada, da oferta agregada, da produção nacional, da produtividade, e pouco incentiva o investimento em capital e a inovação tecnológica do tecido empresarial no país.

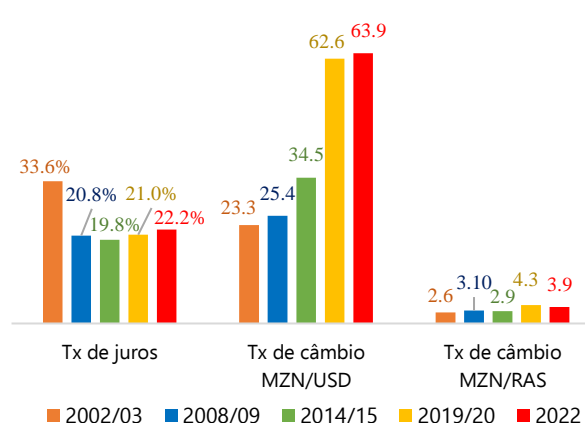
Variáveis macroeconómicas

Gráfico 5. Inflação



Fonte: INE (2024).

Gráfico 6. Taxas de câmbio e de juro



Fonte: Banco de Moçambique - BdeM (2024).

A partir do gráfico 6, verifica-se um decréscimo da taxa de juro entre 2002/03 e 2008/09, passando de 33,6% para 20,8%, apresentando uma tendência crescente a partir de 2014/15. Isto significa que o crédito se tornou ligeiramente mais acessível, favorecendo o consumidor que acede ao crédito bancário, embora, no geral, a taxa de juro continue muito alta.

Relativamente à taxa de câmbio, observa-se que o metical depreciou face ao dólar americano e ao rand: em 2002/03, 1 dólar americano era trocado a 23,3 meticais e, em 2022, era trocado por quase o triplo (63,9). Em relação ao rand, a desvalorização foi menos acentuada, com uma variação positiva de 1,3 MZN entre os dois extremos. A depreciação do metical tem efeitos significativos sobre a inflação, considerando o saldo da balança

comercial e, em particular, da balança comercial de bens alimentares, influenciando negativamente o poder de compra dos moçambicanos. A agravar o efeito da taxa de câmbio, observa-se a deterioração dos termos de troca de grande parte dos bens exportados por Moçambique (Mosca, no prelo⁵).

A inflação dos bens e serviços (gráfico 5) foi geralmente decrescente até ao ano 2019/20, tornando a subir em 2022. A inflação geral foi influenciada, principalmente, pelas flutuações dos preços dos bens alimentares, em que se observaram variações, na maior parte dos anos, acima de 10%. Seguidamente, verifica-se a inflação dos preços na habitação, água, e outros, com variações positivas, acima de 5%, na maioria dos anos. Os transportes foram a categoria com a maior inflação em 2022, 16,8%. Os serviços de comunicação apresentaram em 2002/03 a maior inflação de preços (21%) entre as categorias de bens e serviços em análise, seguindo-se períodos de deflação, tornando a inflacionar em 2022.

Embora as causas da inflação em Moçambique possam variar ao longo do tempo, estão intrinsecamente ligadas a factores tais como oscilações da produção e dos preços dos produtos agrícolas, dos preços no mercado internacional, tanto de bens finais como de matérias-primas, dos custos de transporte, da taxa de câmbio, da oferta monetária e dos gastos públicos, os choques climáticos e a instabilidade (Carsane, 2005; Gemo, 2011; Mosca, 2022).

Quando a inflação é principalmente devido a factores relacionados com os custos de produção e a aumentos da taxa de juro, existe uma redução do investimento e do consumo, especialmente dos AFs pobres, visto que estes despendem maior proporção do seu rendimento na compra de alimentos e outros bens básicos⁶. Em Moçambique, estima-se que, em 2019/20, cerca de 64,6% da população no país vivia abaixo da linha de pobreza de 2,15USD por dia e 43% da população vivia em pobreza multidimensional severa, sendo, portanto, estes os mais afectados por estas respostas da política monetária (PNUD & Iniciativa pela Pobreza e Desenvolvimento Humano da Universidade de Oxford, 2023).

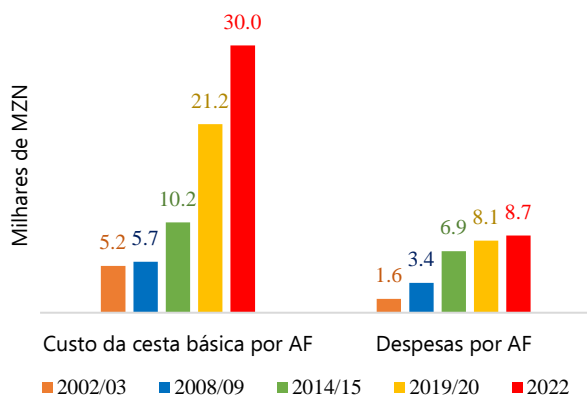
Verificou-se uma redução da 'distância' entre taxa de crescimento do PIB *per capita* e a inflação ao longo do tempo, sugerindo uma tendência de estagnação do poder de compra dos moçambicanos. Verificou-se, ainda, que a inflação geral variou acima do PIB real *per capita* em 2019/20 e 2022 e do PIB nominal em USD em 2019/20, o que significa que houve perda de poder de compra dos moçambicanos nestes anos.

⁵ *Evolução do sector agrário. O que fazer.* OMR. Maputo.

⁶ Na teoria económica, a lei de Engel é, geralmente, utilizada na explicação da relação entre o rendimento e o consumo. A lei enuncia que, quanto menor for o rendimento de um indivíduo ou de uma família, maior é a proporção do rendimento despendida em alimentação e outros bens e serviços básicos e; à medida que o rendimento aumenta, menor é a proporção da despesa total destinada à alimentação e maior é a percentagem gasta noutros bens e serviços (Samuelson & Nordhaus, 2005).

Consumo mensal por AF

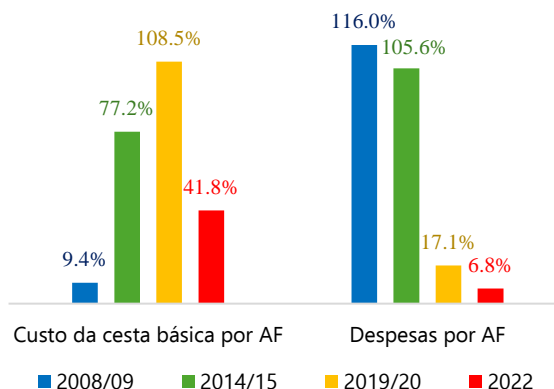
Gráfico 7. Custo da cesta básica⁷ e despesas mensais por AF



Nota: Dada a indisponibilidade de dados, os valores da cesta básica em 2002 e 2003 foram retirados do texto de Marrengula *et al.*, (2021).

Fonte: INE (2004, 2010, 2015, 2021, 2023a), Marrengula *et al.*, (2021) e Organização dos Trabalhadores de Moçambique, Central Sindical - OTM-CS (2024).

Gráfico 8. Variação percentual do custo da cesta básica e despesas mensais por AF



Fonte: INE (2004, 2010, 2015, 2021, 2023a), Marrengula *et al.*, 2021 e OTM-CS (2024).

Tanto o custo da cesta básica mensal, como as despesas mensais por AF, foram crescentes: o custo da cesta básica mensal por AF, nos 20 anos analisados, aumentou em 24,8 mil MZN e as despesas mensais por AF aumentaram, em 7,1 mil MZN, em termos nominais.

De notar que as despesas mensais por AF estiveram sempre abaixo do custo da cesta básica por AF no período analisado: as despesas mensais por AF corresponderam entre 28,8% a 68,2% do custo da cesta básica.

As despesas com a alimentação, habitação, água e outros combustíveis representam mais de 60% das despesas dos AFs, embora estas estejam, gradualmente, a perder o seu peso no total das despesas. Enquanto, as despesas em transporte ganharam importância: em 2002, o peso dos gastos em alimentação e habitação foi de 70,4% das despesas mensais dos AFs e as despesas em transporte e comunicação corresponderam a 8,7% das despesas mensais dos AFs; em 2022, os gastos em alimentação e habitação corresponderam a 60,0% das

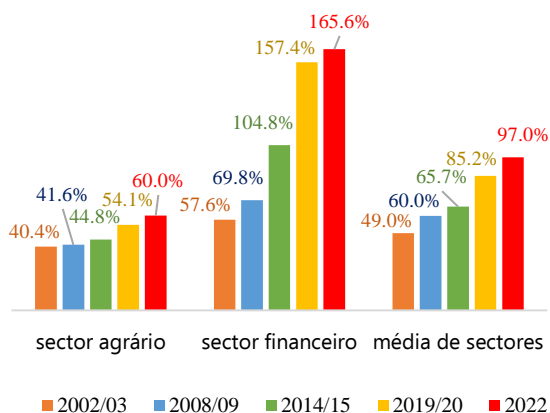
⁷ A cesta básica definida pela OTM-CS compreende os seguintes produtos e serviços: arroz, farinha de milho, feijão manteiga, amendoim, peixe carapau, vegetais e legumes, pão, óleo vegetal, açúcar amarelo, petróleo de iluminação, carvão, sabão bingo, e transporte (duas deslocações diárias, ida e volta) (Marrengula *et al.*, 2021).

despesas mensais dos AFs e as despesas de transportes perfizeram 11,3% das despesas mensais dos AFs (INE, 2004, 2023a).

As despesas mensais por AF crescem a taxas cada vez menores (gráfico 8), partindo de uma variação percentual em 2008/09 de 116,0% para uma variação percentual de 6,8% em 2022. Diferentemente, o custo da cesta básica apresentou uma variação percentual muito maior até 2019/20 (108,5%), reduzindo no período seguinte (41,8%).

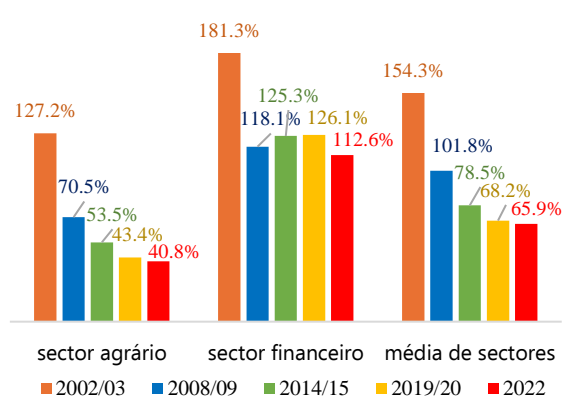
As despesas mensais por AF e o custo da cesta básica por AF variaram a taxas superiores à da inflação, tanto geral, como das diferentes categorias analisadas no gráfico 5. Verificou-se, ainda, que, em 2022, embora a taxa de variação da inflação tenha crescido, a taxa de variação das despesas mensais por AF e do custo da cesta básica por AF decresceram. Esta última observação justifica-se pelo efeito substituição⁸.

Gráfico 9. Taxa de cobertura das despesas por AF pelo salário mínimo nominal



Nota: A taxa de cobertura foi calculada seguindo a seguinte equação: salário mínimo/despesas mensais por AF.
Fonte: INE (2004, 2010, 2015, 2021, 2023a) e Meusalario.org (2024).

Gráfico 10. Taxa de cobertura das despesas por AF pelo salário mínimo real



Nota: Ano base para o cálculo do salário mínimo real: 2016=100. Idem nota do gráfico anterior.
Fonte: Marrengula *et al.* (2021), Meusalario.org, (2024) e OTM (2024).

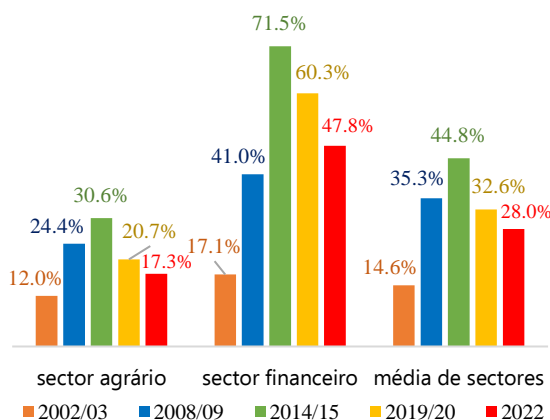
A taxa de cobertura das despesas mensais de um AF auferindo um salário mínimo (nominal) cresceu no período analisado. Considerando o salário mínimo médio nos sectores em 2022, um salário mínimo cobria cerca de 97% das despesas de um AF nesse ano. No sector financeiro, embora no início da série (2002/03) o salário mínimo cobrisse cerca de 57,6% das

⁸ Este conceito é estudado na análise do comportamento do consumidor, através das curvas de indiferença, e explica que, quando há um aumento no preço de um bem, o consumidor procurará consumir menos deste bem e mais de um outro bem substituto de preço mais baixo, como forma de atingir o nível de satisfação desejado mas de forma menos onerosa (Samuelson & Nordhaus, 2005).

despesas mensais dos AFs, a partir de 2014/15, passou a cobrir mais que 100% das despesas de um AF. O salário mínimo no sector agrário em 2022 cobria cerca de 60% das despesas de um AF, o que significa que, para um AF poder cobrir as suas despesas, precisaria de auferir, pelo menos, 1,6 salários mínimos em vigor no sector agrário.

Considerando o salário mínimo real (gráfico 10), verifica-se que a taxa de cobertura das despesas mensais de um AF por um salário mínimo foi decrescente. Em 2002/03, a taxa de cobertura do salário mínimo no sector financeiro foi de 181,3%, cobrindo durante toda a série mais de 100% das despesas de um AF. Em contraste, no sector agrário, o salário mínimo, em 2002/03, cobria 127,2% das despesas mensais de um AF, decrescendo até cobrir somente 40,8% das despesas em 2022. O salário mínimo médio nos sectores em 2022 cobriu cerca de 65,9% das despesas de um AF.

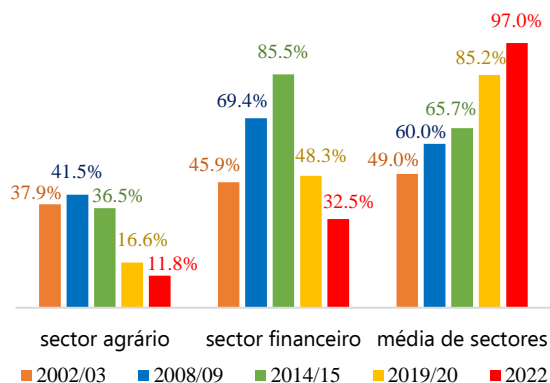
Gráfico 11. Taxa de cobertura do custo da cesta básica por AF pelo salário mínimo nominal



Nota: A taxa de cobertura foi calculada dada a seguinte equação: salário mínimo/custo da cesta básica por AF.

Fonte: INE (2004, 2010, 2015, 2021, 2023a) e Meusalario.org (2024).

Gráfico 12. Taxa de cobertura do custo da cesta básica por AF pelo salário mínimo real



Nota: Ano base para o cálculo do salário mínimo real: 2016=100. Idem nota do gráfico anterior.

Fonte: Marrengula *et al.* (2021), Meusalario.org, (2024) e OTM (2024).

A taxa de cobertura da cesta básica pelo salário mínimo nominal (gráfico 11) foi crescente até 2014/15, passando a decrescer no período seguinte. Em 2014/15, um salário mínimo médio dos sectores cobria cerca de 44,8% do custo da cesta básica e, em 2022, cobria 28,0% do custo da cesta básica. O salário mínimo no sector financeiro, em 2014/15, cobria cerca de 71,5% do custo da cesta básica, decrescendo em 2022 para, aproximadamente, 47,8% de cobertura. No ramo agrário, em 2014/15, o salário mínimo cobriu cerca de 30,6% do custo da cesta básica e, em 2022, cobriu cerca de 17,3%.

Estes valores significam que, para um AF cobrir o custo da cesta básica em 2022, precisaria de receber cerca 5,8 salários mínimos, caso desempenhasse as suas actividades no ramo agrário, 2,1 salários mínimos, caso estivesse no ramo financeiro e cerca de 3,6 salários mínimos média geral.

A nível do salário mínimo real, este seguiu uma tendência similar à do salário mínimo nominal, verificando-se, em 2022, que este rácio foi menor quando comparado com a cobertura pelo salário mínimo nominal: sector agrário (11,8%), sector financeiro (32,5%) e média de sectores (19,0%).

Dadá (2023) aponta que a cobertura parcial das necessidades básicas dos AFS pelo salário mínimo, pressiona os trabalhadores a recorrerem a outras fontes de rendimento no mercado informal, como pequenos negócios e biscates, principalmente pela fraca oferta de emprego no sector formal, o que, por sua vez, pode provocar instabilidade social, especialmente nos centros urbanos.

4. CUSTO DE VIDA POR PROVÍNCIA

Tabela 1.
PIB nominal *per capita* em MZN, em USD e inflação

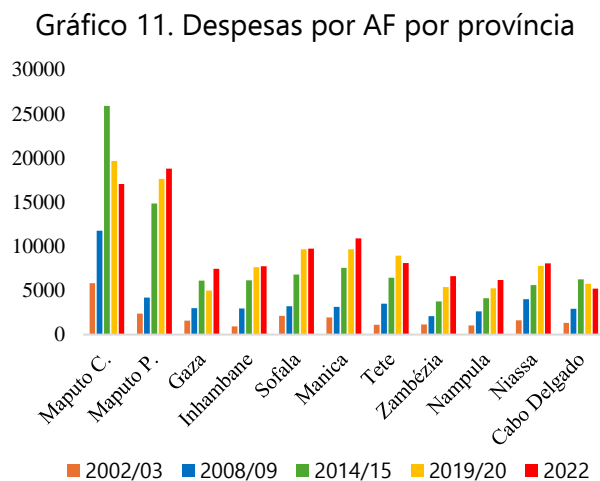
	PIB nominal <i>per capita</i> em MZN		PIB nominal <i>per capita</i> em USD		Inflação	
	2019/20	2022	2019/20	2023	2019/20	2022
Niassa	13.103,0	24.997,0	208,5	391,0	5,4%	11,8%
Cabo Delgado	16.759,5	-	277,5	-	4,6%	9,0%
Nampula	22.445,5	-	348,0	-	3,6%	11,1%
Zambézia	16.117,4	-	259,5	-	4,3%	11,6%
Tete	27.095,0	-	403,0	-	2,6%	8,9%
Manica	18.475,5	43.142,0	243,5	676,0	3,7%	11,3%
Sofala	38.141,0	-	612,5	-	4,8%	10,3%
Inhambane	60.552,0	-	1.035,5	-	3,2%	11,6%
Gaza	-	-	501,5	-	4,0%	9,9%
Maputo	75.200,0	-	1.214,0	1.037,0	-	4,8%
Cidade de Maputo	154.394,5	134.158,0	2.370,0	2.101,0	2,0%	8,9%

Nota: Células a tracejado indica a falta de dados.

Fonte: INE (vários anos).

De modo geral, as províncias do Sul em 2019/20, apresentaram maiores valores de PIB nominal *per capita* tanto em MZN como em USD. Nas províncias de Niassa e Manica observou-se um aumento do PIB nominal *per capita* em USD, enquanto na cidade de Maputo e na província de Maputo, os valores por habitante decresceram.

A inflação em 2019/20 esteve abaixo dos 5% nas diferentes províncias do país, excepto em Niassa, província essa com o menor indicador PIB por habitante. Em 2022, mais da metade das províncias apresentou uma inflação de 2 dígitos, continuando Niassa com o maior valor da variação do preço dos bens e serviços.



Fonte: INE (2004, 2010, 2015, 2021, 2021).

As despesas por AF nas 11 províncias do país foram crescentes, ao mesmo tempo que a sua taxa de crescimento abrandou e a inflação aumentou, verificando-se em alguns momentos redução das despesas por AF: a partir de 2019/20 em Cabo Delgado e Maputo cidade e, em 2022, em Tete. A província e cidade de Maputo foram as que registaram maiores valores das despesas por AF na zona sul e em todo o país: em 2022 um AF gastava 18,8 mil MZN e 17,1 mil MZN, respectivamente, com as suas despesas mensais. Na zona centro, em 2022, as províncias de Sofala e Manica foram as com maiores valores das despesas por AF: 9,8 mil MZN e 10,9 mil MZN, respectivamente. Na zona norte, em 2022, a província de Niassa foi a que apresentou maior valor das despesas por AF: 8,1 mil MZN.

Gráfico 12. Cobertura das despesas por AF pelo salário mínimo nominal médio dos sectores

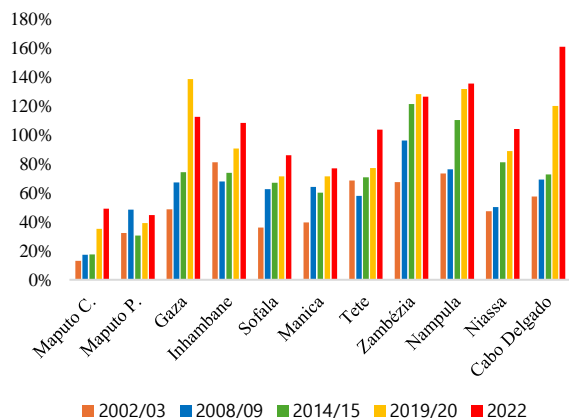
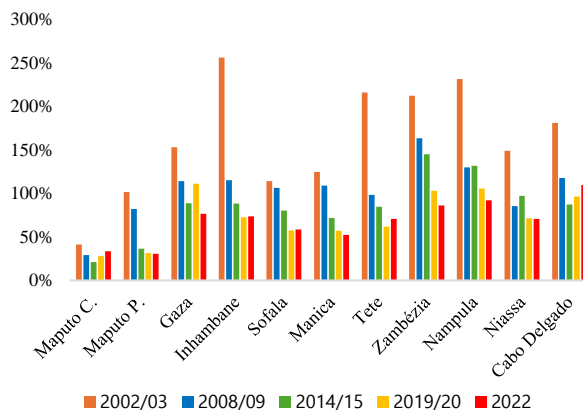


Gráfico 13. Cobertura das despesas por AF pelo salário mínimo real médio dos sectores



Fonte: INE (2004, 2010, 2015, 2021, 2021) e Meusalario.org, (2024).

Nota: Ano base para o cálculo do salário mínimo real: 2016=100.

Fonte: INE (2004, 2010, 2015, 2021, 2021) e Meusalario.org, (2024).

A taxa de cobertura das despesas pelo salário mínimo nominal médio dos sectores cresceu ao longo do período em análise. Em 2002/03 e 2008/09, os AFs, em nenhuma província do país, possuíam a capacidade de cobertura das suas despesas mensais com um salário mínimo médio. Em 2014/15, somente nas províncias de Zambézia e Nampula os AFs que auferissem o equivalente a um salário mínimo médio tinham as suas despesas mensais cobertas a 100%. Em 2019/20, nestas mesmas províncias, juntamente com Gaza e Cabo Delgado, o salário mínimo médio cobria totalmente as despesas mensais de um AF. Em 2022, somente os AFs da cidade de Maputo e das províncias de Maputo, Sofala e Manica é que não conseguiam cobrir as suas despesas mensais com um salário mínimo médio. Estas proporções podem justificar-se, em parte, por: (1) pelo facto de estas províncias estarem entre as maiores produtoras dos alimentos básicos no país, como o milho, arroz, mandioca, amendoim, feijões, entre outras, e os AF consumirem estes alimentos produzidos nas suas machambas e não precisarem recorrer aos mercados; e (2) pelo baixo rendimento dos AFs em algumas províncias, como se pode ver na tabela 1⁹, o que limita as suas despesas.

No geral, a taxa de cobertura das despesas pelo salário mínimo real médio dos sectores foi decrescente em todas as províncias, com momentos de recuperação em 2019/20, na cidade de Maputo, Gaza e Cabo Delgado, e em 2022, nas províncias de Inhambane, Sofala e Tete. Em 2022, somente na província de Cabo Delgado é que os AFs com um rendimento

⁹ PIB *per capita* como proxy para o rendimento por habitante.

equivalente a um salário mínimo médio real é que conseguiam cobrir as suas despesas a 100%.

No entanto, há que ter cautela na leitura dos valores da taxa de cobertura das despesas mensais dos AFs pelo salário mínimo nas províncias, pois, como referido anteriormente, no ramo agrário, a maior parte dos AFs produz parte dos alimentos que consome e, como se pode verificar na tabela abaixo, mais de 80% da população empregue nas diferentes províncias, excepto na cidade de Maputo (63,7%), desempenha as suas actividades no sector informal, onde, muitas vezes, se auferem rendimentos abaixo do salário mínimo.

Tabela 2.
Proporção da população empregue no sector formal e informal por província, em 2021

	Sector formal	Sector informal
Niassa	3,8%	92,1%
Cabo Delgado	6,1%	80,7%
Nampula	4,3%	83,0%
Zambézia	8,6%	83,9%
Tete	4,6%	86,7%
Manica	3,4%	89,8%
Sofala	5,1%	85,1%
Inhambane	5,0%	85,2%
Gaza	8,4%	85,0%
Maputo	5,0%	81,1%
Cidade de Maputo	9,4%	63,7%

Fonte: INE (2022).

5. CONCLUSÃO

A análise demonstrou que o rendimento real dos trabalhadores na economia moçambicana está a estagnar ou a crescer a taxas cada vez menores, especialmente nos dois últimos períodos analisados (2019/20 e 2022), considerando o PIB *per capita* real e o salário mínimo real. O salário mínimo real na agricultura, um dos sectores com maior percentagem de emprego no país, cresceu mais lentamente que o salário mínimo no sector financeiro, sector com o maior salário mínimo no país, mas com relativa menor taxa de empregabilidade, denotando, portanto, que esta lenta evolução dos salários mínimos reais afecta mais negativamente uma proporção significativa dos trabalhadores no país.

A taxa de juro decresceu. A inflação cresceu a taxas decrescentes e o metical perdeu valor face ao dólar americano e ao rand, demonstrando um elevado aumento dos preços.

A cesta básica e as despesas cresceram neste período, embora as despesas dos AFs estejam a crescer a taxas decrescentes. Esta tendência pode indicar a adaptação das despesas dos AFs à inflação e ao baixo crescimento do rendimento real, ao mesmo tempo que os AFs procuram desempenhar outras actividades, geralmente no sector informal, para complementar o rendimento.

O texto demonstra ainda que o salário real cobre cada vez menos o custo da cesta básica e as despesas dos AFs, afectando mais os trabalhadores do ramo agrário, com um salário mínimo, que, recentemente, cobre menos de 50% de ambas métricas.

A análise comparativa entre as províncias, permitiu verificar que, embora a tendência de redução da cobertura das despesas dos AFs pelo salário mínimo real se verifique em todas as províncias, o grau de cobertura não é similar.

De modo geral, estes resultados são indicativos de um aumento do custo de vida no país e de uma estagnação e/ou redução do bem-estar das famílias moçambicanas, e várias das variáveis estudadas apontam para uma redução do poder de compra e do consumo dos moçambicanos.

Existem dois pontos importantes a salientar na leitura deste texto: (1) esta análise é representativa de uma porção dos moçambicanos, pois a grande maioria da população trabalhadora desempenha as suas actividades fora do mercado formal, auferindo, em muitos casos, rendimentos abaixo do salário mínimo; e, (2) o texto não permite tirar ilações sobre o grau de satisfação dos AFs em termos de consumo e qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO DE MOÇAMBIQUE. (2024). *Taxas de juro do sistema-Maio 2024 [Base de dados]*. <https://www.bancomoc.mz/>

BANCO MUNDIAL. (2024a). *GDP (constant 2015 US\$) [Base de dados]*. <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD>

BANCO MUNDIAL. (2024b). *Poverty [Base de dados]*. <https://data.worldbank.org/topic/11>

BARLETTA, G., Ibraimo, M., Salvucci, V., Sarmiento, E., & Tarp, F. (2022). A evolução da desigualdade em Moçambique 1996/7-2019/20. *UNU-WIDER, 2023/1*.

- CARSANE, F. R. (2005). *Os determinantes da inflação em Moçambique: Um estudo econométrico (1994-2004)* [Dissertação]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- DADÁ, Y. A. (2023). Baixos salários: A armadilha da competitividade das economias. *Destaque Rural nº 232*. https://omrmz.org/destaque_rural/dr-232-baixos-salarios-a-armadilha-da-competitividade-das-economias/
- DYVIK, E. H. (2024). *Average annual real monthly wage growth worldwide from 2006 to 2022*. <https://www.statista.com/statistics/1234219/average-real-wage-growth-globally/>
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. (2024). *World Economic Outlook Database [Base de dados]*. <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2024/April/select-subjects?c=688>,
- GEMO, Z. J. (2011). *Análise dos determinantes da inflação em Moçambique (2000-2010)* [Monografia]. Universidade Eduardo Mondlane.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. (2004). *Inquérito aos agregados familiares sobre orçamento familiar: Resultados definitivos IAF 2002/3*.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. (2010). *Relatório final do inquérito ao Orçamento Familiar—IOF-2008/9*.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. (2015). *Relatório final do Inquérito ao Orçamento Familiar—IOF-2014/2015*.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. (2021). *Relatório final do Inquérito ao Orçamento Familiar—IOF-2019/2020*.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. (2022). *Inquérito ao sector informal—2021, Moçambique—Relatório final*.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. (2023a). *Inquérito sobre Orçamento Familiar, 2022*.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. (2023b). *Moçambique publicação [Base de dados]*. <https://www.ine.gov.mz/>
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. (2023c). *PIB_Optica_Despesa [Base de dados]*. <https://www.ine.gov.mz/>
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. (2024). *IPC Moçambique_8_Cidades_Quadros_Junho24 [Base de dados]*. <https://www.ine.gov.mz/>

- IPSOS. (2022). *Global perceptions of inflation 2022*.
- LUCAS, C., Piketty, T., Saez, E., & Zucman, G. (2021). *World Inequality Report 2022*. World Inequality Lab.
- MARRENGULA, C. P., Guiliche, F., & Mafambissa, F. (2021). Evolução do bem-estar e do custo da cesta básica em Moçambique (2000 a 2020). *Centro de Estudos de Economia e de Gestão, 1*.
- MEUSALARIO.org. (2024). *Salário*. <https://meusalario.org/mocambique/salario>
- MOLINA, G. G., Montoya-Aguirre, M., & Ortiz-Juarez, E. (2022). *Addressing the cost-of-living crisis in developing countries: Poverty and vulnerability projections and policy responses*. PNUD.
- MOSCA, J. (2022). Inflação 2022:"Ucrânia" e políticas internas contraproducentes. *Destaque Rural nº 184*. https://omrmz.org/destaque_rural/dr-184-inflacao-2022-ucrania-e-politicas-internas-contraproducentes/
- ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DE MOÇAMBIQUE, Central Sindical. (2024). *Área das relações jurídico-laborais e sociais*.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO & INICIATIVA PELA POBREZA E DESENVOLVIMENTO HUMANO DA UNIVERSIDADE DE OXFORD. (2023). *Global multidimensional poverty index 2023—Unstacking global poverty: Data for high-impact action*.
- SAMUELSON, P. A., & Nordhaus, W. D. (2005). *Economia* (18ª). McGraw-Hill.
- WORLD ECONOMIC FORUM. (2022). *The cost-of-living crisis is having a global impact. Here's what countries are doing to help*. <https://www.weforum.org/agenda/2022/09/cost-of-living-crisis-global-impact/>